



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ARTÍSTICA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESPETÁCULO UM SONHO NA DISNEY, DO PROJETO CHAMA DA CULTURA DE BARRA FUNDA-RS.

CONTRATADA: WERNER EDUARDO SCHUNEMANN - EIRELI

CNPJ Nº: 21.975.645/0001-10

ENDEREÇO: Avenida Lúcio Costa, 15500, Apto 504, Bairro Recreio dos Bandeirantes, em Rio de Janeiro - RJ.

VALOR: R\$ 5.499,80 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). Este valor compreende todos os gastos oriundos da contratação, tais como: alimentação, cache, participação em entrevistas, workshop, oficinas.

LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação, tem por finalidade a contratação de empresa artística para participação no Espetáculo Um Sonho na Disney, do Projeto Chama da Cultura de Barra Funda-RS.

Através da referida empresa teremos a participação do ator Werner Schünemann no Espetáculo Um Sonho na Disney, artista reconhecido e premiado no cenário artístico nacional, consagrado pela crítica e pela opinião pública por seu grande talento, que realizou trabalhos em Novelas, Minisséries e Séries, Longas e Curtas-metragens, Peças Teatrais, além de trabalhos de dublagem, e que atuou também como diretor e roteirista.

O Espetáculo um Sonho na Disney, do Projeto Chama da Cultura acontecerá durante os dias 13 a 17 de agosto de 2019.

A participação deste grande artista dar-se-á no primeiro dia do Espetáculo, dia 13 de agosto de 2019, nas três sessões diárias, com Workshop e oficinas com as crianças, entrevistas, interação com o público, etc.

FUNDAMENTO DA INEXIGIBILIDADE - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Dentre as ressalvas permitidas pelo texto constitucional, a Lei nº 8.666/93 elencou, como não poderia deixar de ser, a inexigibilidade de licitação, isto é, a hipótese em que a realização de licitação é impossível, por exemplo, por não ser viável a estipulação de critérios objetivos para julgamento de propostas dos eventuais interessados em contratar com a Administração Pública. Dá-se isto, por exemplo, na contratação de artistas consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública

Haverá também situações em que, ainda que a Administração Pública queira um produto artístico a ser elaborado sob demanda, não estará obrigada a realizar licitação. E tal se dará exatamente quando se pretenda a contratação de um específico artista. Veja-se que, aqui, há uma escolha discricionária da Administração Pública: não basta que seja um produto elaborado por um artista qualquer, onde apenas a qualidade do produto artístico em si (trabalho) seria levada em consideração quanto ao julgamento do desempenho do artista, hipótese em que caberia o concurso, mas, de outro modo, pretende-se que o trabalho seja elaborado por um artista específico, para que a obra leve o seu nome e as características específicas que decorrem de sua personalidade e de seu modo de fazer arte. Desde que se trate de **artista consagrado**, como exige o inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666, este direcionamento da contratação é plenamente possível, sob os prismas de constitucionalidade e legalidade, pois não se estará violando os princípios de impessoalidade e moralidade da Administração Pública, em razão da própria natureza das coisas, no sentido de que cada artista é singular.

A lei não pode ignorar, nem ignora, a realidade, ou seja, o talento individual, a genialidade e/ou a fama de cada artista, as características, histórico e valor cultural do conjunto da obra de um artista, enfim, a consagração que cada artista alcança perante a sociedade em geral e/ou crítica especializada. É contratação *intuitu personae* não por violação ao princípio da impessoalidade, mas porque não pode ser diferente, pois não se teria o mesmo resultado.

A lei não exige a sofisticação artística. Para fins jurídicos, tanto faz se contratação de uma dupla de cantores do interior do Brasil sem maior formação musical ou *Berliner Philharmoniker*. É válida a contratação, por inexigibilidade de licitação, de artista consagrado em determinada região do país, pelo público, inclusive pelo objetivo constitucional de valorização da diversidade étnica e regional (inciso V, § 3º, do art. 215 da CF/88, pós EC nº 48/2005). De igual modo, mesmo que se trate de um artista ignorado pelo grande público, ou pelo público de uma região, sua contratação por inexigibilidade de licitação será válida se tal artista tiver aprovação da crítica especializada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

Assim, a contratação do ator Werner Schünemann, por ser um artista consagrado, encontra amparo legal no inciso III, do Art. 25 da Lei 8.666/93.

A contratação do inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93 pode dar-se diretamente com o artista ou, como facultado pelo dispositivo legal, através de empresário exclusivo.

FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 25, inc. II e § 1º da Lei nº. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a Inexigibilidade de licitação:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

...

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(...)”

Leciona Marçal Justen Filho:

“A atividade artística consiste em uma emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida, é impossível verificar-se identidade de atuações. Isso não impede, porém, eventual comparação entre as performances artísticas. O concurso consiste, muitas vezes, em competição entre artistas para seleção do melhor desempenho. Quando houver interesse de premiação da melhor performance em determinada área das artes, a Administração Pública deverá valer-se do concurso disciplinado na Lei nº 8.666. Assim, por exemplo, a escolha de uma composição musical para símbolo de instituições públicas poderá ser produzida através de um concurso com premiação para a melhor obra.

Mas há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito. Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de um artista para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diferentes performances artísticas. Daí a caracterização da inviabilidade de competição.”

RAZOES:

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

Art. 26.....

Paragrafo Único:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha do ator gaúcho Werner Schünemann para participação no Espetáculo Um Sonho na Disney, deve-se ao fato de ser um artista reconhecido e premiado no cenário artístico nacional, consagrado pela crítica e pela opinião pública por seu grande talento, que realizou trabalhos em Novelas, Minisséries e Séries, Longas e Curtas-metragens, Peças Teatrais, além de trabalhos de dublagem, e que atuou também como diretor e roteirista. Além disso, por ter raízes em nosso Estado também conhece a linguagem e a cultura local.

DO PREÇO:

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

III - justificativa do preço

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação/aquisição sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

A matéria vista no art. 25 da Lei nº 8.666/93 dispõe sobre as hipóteses de Inexigibilidade de Licitação, onde a Administração pode contratar diretamente sem ter que se submeter ao protocolo das modalidades tradicionais e recomendadas, quando é inviável a competição.

Nesse prisma, justifica-se a presente Inexigibilidade de Licitação pela necessidade do Município de abrilhantar o Espetáculo um Sonho na Disney, o qual faz parte do Projeto Chama da Cultura, que há muitos anos existe em Barra Funda, e atrai quase 15 mil espectadores durante os dias de apresentação.

BARRA FUNDA/RS, 17 de julho de 2019.

ANDRÉ SIGNOR

Setor de Compras/Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ARTÍSTICA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESPETÁCULO UM SONHO NA DISNEY, DO PROJETO CHAMA DA CULTURA DE BARRA FUNDA-RS.

CONTRATADA: WERNER EDUARDO SCHUNEMANN - EIRELI

CNPJ Nº: 21.975.645/0001-10

ENDEREÇO: Avenida Lúcio Costa, 15500, Apto. 504, Bairro Recreio dos Bandeirantes, em Rio de Janeiro - RJ.

VALOR: R\$ 5.499,80 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). Este valor compreende todos os gastos oriundos da contratação, tais como: alimentação, cache, participação em entrevistas, workshop, oficinas.

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

- (X) Homologo a contratação.
- () Indefiro a realização da despesa.

BARRA FUNDA/RS, 17 DE JULHO DE 2019.

MARCOS ANDRE PIAIA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2019

PARECER

Entendo sob as penas da Lei, que o Processo Administrativo de Contratação em epígrafe, atendeu a todas as formalidades legais constantes na legislação em vigor em especial a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

BARRA FUNDA/RS, 17 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL AUGUSTO SCARIOT,
ASSESSOR JURÍDICO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/2019

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:

- a) Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei nº. 8.666/93.
- b) Objetivo: Contratação de empresa artística para participação no Espetáculo Um Sonho na Disney, do Projeto Chama da Cultura de Barra Funda-RS.

2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação nas dotações pertinentes.

0605 13 392 0074 2100 33903900000000 0001

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

BARRA FUNDA/RS, 17 DE JULHO DE 2019.

MARCOS ANDRE PIAIA
PREFEITO MUNICIPAL